

GUERRAS E CAPITALISMO NA AMÉRICA LATINA

Na América espanhola, os exércitos *criollos* tiveram um papel central não só nas campanhas militares pela independência, mas também na estruturação dos novos Estados, pois forneceram também os novos chefes políticos. Esse processo não foi percebido como o da constituição de um poder militar independente das classes dominantes, pois o que houve foi uma verdadeira militarização. Isto não só diz respeito ao desenvolvimento ainda incipiente dos novos Estados independentes, cujas funções militares e políticas não estavam ainda delimitadas: sua escassa diversificação fazia coincidir o chefe militar, o chefe político e o grande proprietário nas mesmas pessoas. As revoluções não mudaram as relações de propriedade. Nas palavras de Alberdi, autor das *Bases da Constituição da Argentina*, “nossa revolução foi política, mudou o governo, não a sociedade, que nada tinha para mudar para ser o que hoje é. A prova está em que conservamos os códigos civis coloniais”.¹ As tentativas posteriores das burguesias latino-americanas para assentar a sua dominação política em instituições civis não conseguiram emancipar o Estado da tutela militar: de alicerce da construção do Estado, o exército evolucionaria quase que naturalmente até transformar-se no seu árbitro indiscutível, no qual começaria a exercer cada vez mais um papel relativamente independente das classes dominantes.

No Brasil o exército marcou como um poder independente todos os episódios que viabilizaram a transformação política em função dos princípios republicanos, adotados na América espanhola quase desde o começo do período independente, na primeira metade do século XIX. A debilidade de todas as classes sociais manifestou-se no fato de que a independência não deu lugar à constituição de poderes políticos centralizados, mas ao período conhecido em diversos países como a “anarquia”, no qual os setores proprietários disputaram a hegemonia de novas unidades políticas, cuja unidade nacional faltava realizar (e cujo território, na maioria dos casos, não estava ainda bem definido). Esse período chegou a durar quase meio século na maioria dos países importantes (com a exceção do Chile, onde o período de lutas internas culminou na década de 1820): o Brasil, que tinha herdado junto com a Coroa portuguesa a unidade política que ela garantia, conheceu também diversas revoltas separatistas: “Ante a fragmentação dos proprietários rurais - que constituíam, no entanto, na maior parte dos casos, a classe economicamente dominante - o poder político vai se definindo a medida que um setor urbano articula o vínculo entre a base agrária e a economia mundial. O exemplo mais evidente parece ser o da Argentina, onde a unidade se realiza a partir do predomínio da burguesia de Buenos Aires. Em alguns países menores, nenhuma classe social era o suficientemente forte para impor a sua hegemonia em uma nova unidade nacional”.²

Nas repúblicas da América Central, diante da insuficiente formação das classes sociais, as ditaduras militares impuseram uma coesão nacional “por cima”: foi o Estado, identificado com os líderes militares, quem criou, ou completou o processo de criação, das classes sociais. Isso também foi parcialmente válido para países maiores, como a Argentina ou o Brasil, onde através dos favores ou das terras distribuídas pelo Estado completou-se a ocupação territorial e deu-se forma acabada à estrutura social. O Estado cumpriu um papel ativo na conformação das classes sociais. As repúblicas ditatoriais da América Central adiantaram também outra característica da presença militar nos postos de comando do Estado, pois foram, desde o século XIX, verdadeiros “semiprotetorados” norte-americanos (sem falar da sobrevivência de colônias inglesas, francesas ou holandesas). As ditaduras militares deram coesão às pequenas nações para fazê-las ingressar no mercado mundial como países periféricos, especializados na produção de alimentos e matérias primas, num circuito cujo centro dinâmico era as nações industrializadas da Europa e, em medida menor, a jovem potência industrial que começava a emergir na América

¹ Juan Bautista Alberdi. *Fundamentos da Organização Política da Argentina*. Campinas, Editora da Unicamp, 1994.

² Eder Sader. *Um Rumor de Botas*. São Paulo, Polis, 1982.

do Norte, que garantiu na América Central e no México a sua primeira área de influencia externa (o que, com os anos, seria chamado de "seu quintal").

O conflito nos EUA entre os ianques do Norte e o Sul escravocrata, veio jogar nova lenha na fogueira centro-americana: os sulistas encorajaram a aventura de William Walker (1824-1858). Este pirata norte-americano invadiu Nicarágua e se autoproclamou presidente do país, em 1855. Depois, o *filibustero* submeteu a guatemaltecos, salvadorenhos e costa-ricenses. Estes reacionaram, e em 1856 destroçaram as tropas do invasor: disposto a submetê-lo, o presidente de Costa Rica, Juan José Mora, formou o Exército Nacional de Libertação. Walker o enfrentou, mas depois de algumas vitórias foi derrotado, preso e finalmente enforcado em San José de Costa Rica, em setembro de 1858.

Espanha, que conservara seus domínios coloniais em Cuba e Porto Rico, foi testemunha impotente da disputa pelas suas ex-colônias. Na antiga metrópole registrou-se o fracasso da revolução democrática, o que veio a alimentar a lenda da suposta "inferioridade histórica" dos povos latinos no quadro da ascensão mundial do liberalismo.³ Espanha perdeu um império continental, sem assimilar os requisitos necessários para o progresso econômico e político.⁴ A combinação de interesses históricos regressivos e progressivos, além de imprimir sua marca às revoluções que se sucederam na Espanha do século XIX, neutralizaram as classes industriais espanholas enquanto motoras da revolução burguesa, e criaram uma situação na qual os interesses combinados das classes possuidoras acabaram por estancar o desenvolvimento e perpetuar o atraso econômico. Extemporaneamente, a burguesia espanhola tentou promover uma revolução: seu fracasso se uniu à frustração da revolução democrática no seu domínio colonial, dominado na era independente pela aristocracia *criolla* que a própria colonização espanhola criara. América Latina, de colônia espanhola passou a ser zona de influência britânica e depois teatro de conflitos entre velhas e novas potências, com destaque para a ampliação da influência estadunidense.⁵

A atenção inglesa concentrou-se cada vez mais sobre a Argentina. Na decisiva batalha de Pavón, o general Bartolomé Mitre - governador de Buenos Aires, que, em 1862, se tornou o primeiro presidente eleito da Argentina - tinha recebido apoio do general Flores e dos colorados (liberais) uruguaios. A unificação política do país foi realizada na presidência de Mitre, quando "os exércitos avançaram por todo o interior do país, derrotando militarmente as últimas *montoneras* e estabelecendo governos favoráveis ao governo central em praticamente todas as províncias"; "os anos da chamada 'organização nacional' consolidaram a Argentina agroexportadora, com a consolidação do latifúndio e o estreitamento das relações com o capital externo, fundamentalmente inglês",⁶ configurando uma unificação nacional ao serviço dos

³ Ana Lúcia Gomes Muniz. Marx y Engels y la revolución española de 1854-1856. *En Defensa del Marxismo* nº 11, Buenos Aires, abril 1996.

⁴ Sobre o século XIX espanhol, ver: C.W. Anderson. *The Political Economy of Modern Spain*. Londres, University of Wisconsin Press, 1970; Raymond Carr. *Spain 1808-1939*. Londres, Oxford University Press, 1966; Josep Fontana. *La Revolución Liberal*. Política y hacienda 1833-1845. Madrid, Instituto de Estudios Fiscales, 1977; Juan J. Linz. A century of politics and interests in Spain, in: H. Berger (ed.). *Organising Interests in Western Europe*. Cambridge, Cambridge University Press, 1981; F. Maravall. *Economía y Política Industrial en España*. Madrid, Ediciones Pirámide, 1987; Nicolás Sanchez Albornoz. *The Economic Modernization of Spain 1830-1930*. Nova York, New York University Press, 1987; Guillermo Tortella. *El Desarrollo de la España Contemporánea*. Historia económica de los siglos XIX y XX. Madrid, Alianza Universidad, 1994.

⁵ Fred Rippy. *La Rivalidad entre Estados Unidos y Gran Bretaña por América Latina, 1808-1830*. Buenos Aires, Eudeba, 1967.

⁶ Matias Rivas e Lucas Poy. El mitrismo y la organización nacional. *En Defensa del Marxismo* nº 39, Buenos Aires, agosto-setembro 2010.

interesses da oligarquia de Buenos Aires e da burguesia comercial portuária. O Congresso argentino sentou as bases jurídicas para o fluxo do comércio e de capitais externos.

O mercado nacional havia sido unificado e liberalizado, e a legislação sobre ferrovias estabeleceu o princípio da garantia estatal de lucros e concessões de terras (no Brasil, a *São Paulo Railroad* foi construída com um sistema de garantias semelhante). Todos os títulos públicos argentinos seriam, por lei, pagos em libras esterlinas, a menos que fosse explicitamente indicado o contrário; um registro público de toda a dívida pública foi estabelecido e todas as dívidas reconhecidas. A evidência de que o país tinha condições de pagamento foi demonstrada com o reconhecimento dos débitos pendentes do empréstimo tomado de Londres em 1824 (com a *Baring Brothers*). Apenas numa década, pelo menos 23 milhões de libras esterlinas partiram do mercado de Londres em forma de investimentos para a Argentina, transformada num seguro mercado de investimentos financeiros.⁷

A longa guerra civil entre *blancos* e *colorados* no Uruguai, depois da rebelião do general Venâncio Flores (do Partido Colorado) contra o governo *blanco* do presidente Bernardo Berro, em abril de 1863, detonou a sequência de eventos que culminou com a invasão do Brasil e da Argentina pelo Paraguai e a “Guerra da Tríplice Aliança”. Em abril de 1863, Mitre apoiou Flores em sua tentativa de derrubar o governo *blanco* (conservador) em Montevideú: sua principal preocupação era garantir que o Uruguai não concentrasse um foco de oposição federalista nas províncias, ameaçando a Argentina unificada sob a hegemonia de Buenos Aires. Por outro lado, durante a década de 1850, o Brasil aumentou seus interesses econômicos e financeiros no Uruguai. O Império, pela Lei de Terras de 1850, favoreceu a ampliação da concentração agrária.

Sancionada por D. Pedro II em setembro de 1850, a lei determinou parâmetros e normas sobre a posse, manutenção, uso e comercialização de terras, estabelecendo a compra como única forma de obtenção de terras públicas, inviabilizando os sistemas de posse ou doação para transformar a terra em propriedade privada. O governo imperial pretendia arrecadar mais impostos e taxas com a criação da necessidade de registro e demarcação de terras. Esses recursos tinham como destino o financiamento da imigração estrangeira, voltada para a geração de mão de obra, principalmente para as grandes lavouras de café. A supressão internacional do tráfico de escravos diminuía cada vez mais a disponibilidade de mão de obra escrava. Dificultando a compra ou posse de terras por pessoas pobres, favorecendo o uso destas para fins de produção agrícola voltada para a exportação, esse objetivo foi alcançado pelo governo imperial, pois a lei provocou o aumento significativo nos preços das terras no Brasil, favorecendo os grandes proprietários rurais, que passavam a ser os únicos detentores dos meios de produção agrícola, principalmente a terra, no Brasil.

No Paraguai, o “Estado guarani” era dono de quase 90% do território nacional, controlando 80% do comércio interno e externo. Sob o governo de José Gaspar Rodríguez de Francia (1813-1840) e seu sucessor, Carlos Antonio López, o Paraguai tinha se isolado: seu papel fora pouco significativo nas guerras civis do Rio da Prata durante a primeira metade do século XIX. As Províncias Unidas do Rio da Prata (Argentina) e o Brasil, por sua vez, tinham pendências territoriais contra o Paraguai. A Argentina só reconhecera a independência do Paraguai em 1852. Havia pontos de atrito sobre a liberdade de navegação no sistema hidroviário Paraguai-Paraná. O Brasil pediu ao Paraguai que desse à província de Mato Grosso acesso ao rio Paraná e, portanto, ao Atlântico, via rio Paraguai. A Argentina deveria dar ao Paraguai acesso ao Atlântico através do rio Paraná.

O governo paraguaio de Carlos Antonio López passou a implementar uma política de modernização econômica e militar, fazendo uso de tecnologia e técnicos britânicos. Seu filho Francisco Solano López assumiu em outubro de 1862. López começou a advertir a Argentina e o

⁷ H. S. Ferns. British’s informal empire in Argentina. *Past and Present* nº 4, Londres, novembro 1953.

Brasil contra o que considerava uma ameaça crescente ao equilíbrio de poderes do Rio da Prata; também vislumbrou uma oportunidade de firmar sua presença na região. No início de 1864, López começou a se mobilizar em vista uma possível guerra.

Em maio de 1865, o Brasil, a Argentina e o Uruguai assinaram o Tratado da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Os objetivos eram: “acabar com a ditadura de López”; garantir a livre navegação nos rios Paraguai e Paraná; e, secretamente, conquistar definitivamente para o Brasil o território situado no Noroeste do Paraguai, e, para a Argentina, o território que ela reclamava para si no Leste e Oeste do Paraguai. Invocou-se a luta pela civilização contra a barbárie, apesar do Brasil ser (junto à colônia espanhola de Cuba) o único Estado em todo o hemisfério ocidental a ainda abrigar a escravidão. A “Guerra da Tríplice Aliança” definiu a configuração dos principais Estados da América do Sul, e quebrou, ao mesmo tempo, a única tentativa de desenvolvimento não baseado na produção primária: foi a mais prolongada e violenta guerra entre Estados ocorrida em qualquer parte do mundo entre 1815 e 1914. Durou mais de cinco anos (de outubro/novembro de 1864 a março de 1870) e abateu mais de 300 mil vidas.⁸

Paraguai era um país dotado de um desenvolvimento econômico importante à época: tinha uma indústria têxtil, de papel, de tinta, bélica, naval e siderúrgica; as terras do país, diversamente de seus vizinhos latifundiários, eram de propriedade do Estado; para atingir a Bacia do Prata e escoar sua produção lhe era necessário o livre uso dos rios afluentes (Paraná e Uruguai). Cidades que floresceram às margens desses rios passaram a ser seus entrepostos portuários, o comércio com o interior dos países sul-americanos dependia dessas localidades. O capital inglês visava introduzir uma cunha na economia sul-americana, submetendo às burguesias comerciais do Brasil, Paraguai, Uruguai, Argentina e Bolívia, que tinham o domínio no comércio da região. O Tratado da Tríplice Aliança estabelecia tirar do Paraguai a soberania sobre seus rios, lhe tirar e distribuir entre os vencedores parte de seu território, e lhe fazer pagar a dívida resultante da guerra. Nas cláusulas secretas do Tratado, Argentina e o Brasil dividiam entre si todos os territórios em conflito com as autoridades paraguaias.

Inicialmente, todas as nações envolvidas na “Guerra do Paraguai” receberam investimentos de material bélico oriundos de empréstimos tomados junto a banqueiros britânicos: no decorrer da guerra, porém, o capital britânico passou a fornecer empréstimos somente aos aliados da Tríplice Aliança. O Brasil (sua população era de quase dez milhões de pessoas, com entre 1,5 e 2 milhões de escravos), a Argentina (com uma população de 1,5 milhão) e o Uruguai (população de 250 mil a 300 mil) uniram forças contra o Paraguai (população de 300 mil a 400 mil). No início da guerra, o Paraguai tinha superioridade militar, o exército regular paraguaio tinha entre 28 mil e 57 mil homens, mais os reservistas (entre 20 mil e 28 mil); virtualmente, toda a população masculina adulta estava pronta para combate. O exército argentino contava de 25 mil a 30 mil homens; o exército do Uruguai era de cinco mil homens, e o do Brasil, de 17 a 20 mil (também contava com os corpos policiais das províncias e uma ampla reserva de 200 mil homens). As forças militares da Aliança eram, no início da guerra, inferiores às do Paraguai, cuja artilharia possuía cerca de 400 canhões. No entanto, o Brasil já dispunha da maior e mais poderosa marinha da região.

O Paraguai mobilizou de 70 mil a 80 mil homens para a guerra, quase um terço de sua população. Podia mobilizar entre 30 e 40 mil a qualquer momento, mas após a derrota de Tuyuti, em maio de 1866, raramente enviou para o campo de batalha mais de 20 mil homens. Depois que as forças paraguaias foram expulsas do seu território, a Argentina reduziu o seu envolvimento com o esforço de guerra. Em agosto de 1869, a Tríplice Aliança instalou um governo provisório, que prometeu realizar eleições democráticas no ano seguinte e criar uma Assembleia Constituinte. Solano López, na resistência, refez um pequeno exército de cinco mil homens, a maioria velhos,

⁸ Maria Eduarda de Castro Magalhães Marques. *A Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.

crianças e veteranos inválidos, com 36 canhões. As tropas brasileiras surpreenderam o último acampamento paraguaio, em Cerro Corá, em 1º de março de 1870, onde Solano López foi ferido e depois baleado, após recusar a rendição. A morte de López foi bem recebida pelo mundo político brasileiro e o imperador recuperou sua popularidade, que havia sido abalada pela guerra. O conflito custara ao Brasil quase onze anos do orçamento anual, em valores de pré-guerra, determinando um persistente déficit público nas décadas de 1870 e 1880.

A Guerra da Tríplice Aliança, foi o último episódio da “normalização” conservadora das revoluções independentistas da América do Sul. A potência colonial ibérica foi definitivamente substituída pela nova potência capitalista inglesa como ator central da cena sul-americana. A *blitz* econômica inglesa na América do Sul teve seu papel na guerra do Paraguai. Os empréstimos britânicos para a Argentina e para o Brasil, antes e durante a guerra, assim como a venda de armas britânicas, foram uma contribuição decisiva para a vitória dos aliados sobre o Paraguai. A guerra foi, para o Paraguai, um desastre absoluto. Ele sobreviveu como um Estado independente (no período imediatamente pós-guerra ficou sob a tutela do Brasil). Seu desmembramento total foi evitado por causa da rivalidade entre os vencedores. Seu território foi reduzido em cerca de 40%. A perda populacional foi de entre 15% a 20% da população.

A Argentina sofreu perdas estimadas de 18 mil homens em batalhas, cinco mil em “distúrbios internos” (resistência popular) provocados pela guerra, e doze mil numa epidemia de cólera. O território que conseguiu conquistar ficou aquém das suas ambições – a diplomacia brasileira manteve a Argentina fora do Norte do Chaco. Mas ela conseguiu conquistar as Missões e o Chaco Central, até o rio Pilcomayo. O Paraguai era erradicado da política do Rio da Prata. A guerra estimulou a indústria brasileira, as fábricas de produtos têxteis e o arsenal do Rio de Janeiro, e modernizou a infraestrutura do país. O recrutamento, o treinamento, o fornecimento de vestuário, de armamentos e o transporte para o exército desenvolveram a organização do Estado brasileiro. A guerra também aguçou as tensões sociais, pela imposição de taxas e sistemas de medidas em todo o território nacional: a reação dos afetados assumiu traços de explosão e violência social. Foi o que aconteceu por ocasião da “revolta dos quebra quilos” (começada em Alagoas, e estendida para grande parte do Nordeste), dirigida contra uma série de medidas do poder central: imposição de taxas e impostos, de listas do recrutamento para o exército, e uniformização do sistema de medidas. Finalmente, a guerra produziu um exército moderno e profissional interessado em desempenhar um papel político. A ligação entre a guerra e o golpe militar de 1889, que estabeleceu a república no Brasil, foi direta: para o Império Brasileiro, a vitória na “Guerra do Paraguai” foi uma vitória de Pirro.⁹

Na década de 1870, a crise econômica europeia afetou os exportadores argentinos e diminuiu os ingressos fiscais derivados das tarifas de importação. Houve um intenso debate sobre problemas como protecionismo e diversificação econômica: a classe dirigente argentina se dividiu com relação à estratégia econômica que devia ser adotada. Os defensores de uma política inspirada nos modelos industrialistas da Alemanha e os Estados Unidos advertiam que,

⁹ Dionísio Cerqueira. *Reminiscências da Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1980; George Thompson. *Guerra del Paraguay*. Assunção, RP Ediciones, 1992 [1ª Edição 1869]; Max von Versen. *História da Guerra do Paraguai*. Belo Horizonte/ São Paulo, Editora Itatiaia/ Editora da USP, 1976; León Pomer. *Guerra do Paraguai. A grande tragédia rioplatense*. São Paulo, Global Editora, 1981; Leon Pomer. *Guerra do Paraguai: Nossa Guerra contra Esse Soldado*. São Paulo, Global Editora, 2001; Júlio José Chivenatto. *Genocídio Americano. A verdadeira história da guerra do Paraguai*. São Paulo, Brasiliense, 1979; Paulo Miceli. *O Mito do Herói Nacional*. São Paulo, Contexto, 1988; Acyr Vaz Guimarães. *Guerra do Paraguai: Verdades e Mentiras*. Campo Grande, Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2000; Alfredo da Mota Menezes. *Guerra do Paraguai. Como construímos o conflito*. São Paulo/ Cuiabá, Contexto/ Editora da UFMT, 1998; Ricardo Salles. *Guerra do Paraguai. Escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990; Francisco F. Monteoliva Doratioto. *Maldita Guerra. Nova história da guerra do Paraguai*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

se não fosse promovida a diversificação produtiva, a Argentina acabaria sofrendo uma crise de dívida externa. Um segundo grupo defendia o protecionismo unicamente nos setores em que o país tinha vantagens comparativas, diversificar a produção agropecuária e continuar importando artigos manufaturados. Um terceiro grupo pretendia um livre comércio em que as tarifas tiveram apenas o papel de prover de recursos ao Estado. O acoplamento da economia argentina com a *City* londrina teve um salto qualitativo em 1880, quando o fluxo de capitais britânicos para o país foi enorme, junto com um grande crescimento das trocas comerciais.

O exemplo argentino foi paradigmático, pois seu povoamento na segunda metade do século XIX, marcado pela sua transformação capitalista, se realizou concentrando um terço da população total do país na cidade-porto-capital, Buenos Aires, que passou de 60 habitantes em 1580 (sua data de fundação) para 11.200 em 1744, 40 mil em 1801, 70 mil em 1823, 76 mil em 1852, 187.346 em 1869, 433.375 em 1887, 663.854 em 1895, 1.576.597 em 1914... Um crescimento vertiginoso e concentrado, no meio de um país de superfície imensa, quase deserto em vastas regiões de seu território.¹⁰ No Uruguai, metade da população do país se concentrou em sua capital, Montevideú. No Brasil, no mesmo período, se acentuou a concentração populacional e urbana nas regiões litorâneas. As precondições necessárias para a exploração da Argentina pela burguesia britânica aliada à elite oligárquica portenha foram a conquista das terras ocupadas por tribos indígenas nos setores Sul e Oeste da zona da Pampa, e Norte e Oeste da região patagônica; a consolidação das estruturas nacionais, que se iniciou em 1880; o refinamento do gado bovino, sobretudo na província de Buenos Aires, que se estendeu até finais do século; os procedimentos para o transporte a longa distância de carne esfriada e congelada, aperfeiçoados durante o último quarto de século com as naves frigoríficas; e a imigração europeia, que começou na segunda metade da década de 1870 e se intensificou a partir de 1890.¹¹ Com o uso dos navios frigoríficos, o *baby beef* argentino passou a ser o principal artigo de importação inglês, trazendo ao país platino uma prosperidade baseada na dependência comercial e num endividamento crescente com a Inglaterra.

A “Guerra do Pacífico”, em 1879, foi complementar à Guerra do Paraguai, com os interesses da Inglaterra ocupando mais claramente um plano destacado. As duas guerras definiram as fronteiras nacionais que vigorariam na América do Sul no século XX. A também chamada “Guerra do Salitre” confrontou, entre 1879 e 1884, o Chile às forças conjuntas da Bolívia e do Peru. Na Bolívia, a ainda sobrevivente produção indígena comunitária fora sendo desagregada. Na segunda metade do século XIX, ao compasso da penetração dos monopólios anglo-chilenos, com a conivência das classes dominantes locais, seduzidas pelas possibilidades de sua inserção no mercado mundial. A partir de 1840 empresas inglesas e “chilenas” - de capital inglês e francês - se interessaram pela colonização e exploração da costa pacífica boliviana com o objetivo de explorar cobre e os depósitos do guano (salitre).

As terras litorâneas ainda eram de propriedade indígena; para estimular a desapropriação, os capitalistas ingleses forneceram ao governo boliviano sucessivos empréstimos que foram pagos em lotes de terra na região. A desapropriação das terras começou em 1857 com a promulgação da uma lei em que as propriedades indígenas foram transformadas em “propriedades do Estado cedidas aos índios”. A partir de 1860, os exportadores de guano de Lima e Santiago viram seus lucros diminuir: a comercialização desses produtos na Europa ficara sob o controle de uma série de firmas comerciais ultramarinas com sede em Londres. Para aumentar os lucros, os exportadores buscaram a ampliação das terras exploradas. A escassez de empréstimos e a invasão de empresas estrangeiras de guano na Bolívia elevaram a pressão sobre seu governo.

¹⁰ Vicente Vazquez Presedo. *El Caso Argentino*. Migración de factores, comercio exterior y desarrollo 1875-1914. Buenos Aires, Eudeba, 1971.

¹¹ Sergio Bagú. La estructuración económica en la etapa formativa de la Argentina moderna. *Desarrollo Económico* vol. 2 nº 1, Buenos Aires, julho-setembro de 1961.

Os governos chileno e boliviano se enfrentaram a respeito de uma parte do deserto de Atacama, rica em recursos minerais. O território em disputa era explorado por empresas de capital britânico.

A Inglaterra descobrira que o excremento acumulado por certas aves marinhas, o *guano*, nas ilhas da costa peruana, era um excelente fertilizante. Diariamente, os barcos ingleses saíam do Peru carregados de esterco. A companhia *Gibbs and Sons* era a encarregada do transporte. Depois de quarenta anos de extração do material, as ilhas peruanas estavam destruídas. Quando o esterco acabou, os ingleses encontraram outro fertilizante eficaz: o salitre. Durante séculos, os grãos de nitrato depositaram-se pelo grande deserto ao sul do Peru. Os barcos ingleses passaram a transportar toneladas de salitre até Europa. As famílias tradicionais da aristocracia peruana gastavam na Europa e esbanjavam no Peru o dinheiro fácil da venda do salitre. A exploração do salitre se estendeu rapidamente pela província de Antofagasta, que pertencia, até então, à Bolívia. Em 1878, o presidente boliviano Hilarión Daza decretou um aumento de taxas sobre as companhias chilenas que exploravam o litoral pacífico boliviano, aumento retroativo ao ano de 1874, sob os protestos do governo chileno. O presidente da Bolívia estabeleceu um imposto para cada cem gramas que saísse de Antofagasta. Quando a empresa *Antofagasta Nitrate & Railway Company* se recusou a pagar a sobretaxa, o governo boliviano ameaçou confiscar todas suas propriedades. O Chile respondeu enviando um navio de guerra, em dezembro de 1878.

Bolívia declarou o sequestro dos bens da empresa, anunciando seu leilão para fevereiro de 1879: soldados bolivianos invadiram as empresas localizadas em seus territórios e se apropriaram de seus equipamentos. Duzentos soldados chilenos desembarcaram e ocuparam a cidade portuária boliviana de Antofagasta, sem resistência. O aumento de taxas sobre a exploração mineral se transformara em disputa comercial, crise diplomática e, por fim, em guerra. A superioridade marítima chilena virou rapidamente também superioridade terrestre: Chile ocupou os territórios em disputa com Bolívia e invadiu o Peru, ocupando as províncias de Tacna (que só seria recuperada em 1929 pelo Peru) e Arica (que virou chilena até o presente). O vencedor da guerra, o Chile, anexou ricas áreas em recursos naturais dos países derrotados. O Peru perdeu a província de Tarapacá e Bolívia teve de ceder a província de Antofagasta, ficando sem saída soberana para o mar. O capital inglês dividiu-se, inicialmente, no financiamento dos beligerantes. O principal parceiro econômico da Grã-Bretanha na região era o Chile, que recebeu maior volume de capital, venceu a guerra e entregou a exploração de guano e nitrato às companhias inglesas. Em 1884, Bolívia assinou uma trégua que deu total controle da costa pacífica ao Chile, com suas valiosas reservas de cobre e nitratos. Chile ganhou a guerra, mas perdeu o salitre, pois o negócio ficou na mão dos capitais ingleses.

Na Argentina, a partir de 1880 aconteceu a conquista militar dos grandes espaços – a pampa, a Patagônia, e o Chaco - que ainda permaneciam em mãos dos indígenas. Espaços chamados de “desertos” apesar de serem habitados por povos nativos. Os territórios conquistados receberam diferentes destinos segundo os requerimentos da expansão produtiva orientada ao mercado mundial: a região pampiana, cujas terras de ótima qualidade estavam entre as melhores do mundo, foi ocupada de imediato e seus produtos enviados à Europa; a Patagônia recebeu o gado ovino; no Chaco, por causa da necessidade de abundante mão de obra para os *obrajes*, disciplinados à força, os indígenas foram convertidos em trabalhadores assalariados. Dessas campanhas, a mais sangrenta foi a liderada pelo general Julio A. Roca, a “Conquista do Deserto”, massacre da grande maioria da população indígena do Sul do país.¹² Quando ela foi completada, o Estado entregou a 541 particulares 4.750.000 hectares de campo. Entre 1876 e 1903 o Estado

¹² Luis Alberto Romero. Cómo pensar la Conquista del Desierto. *La Nación*, Buenos Aires, 1º de abril de 2018.

argentino deu de presente ou vendeu 41.787.000 hectares a 1.843 pessoas, deixando os povos patagônicos originários sem possibilidades de sobrevivência.

Roca foi substituído em 1886 por Miguel Juárez Celman, abrindo uma época de progresso econômico, enriquecimento das classes proprietárias e crescente endividamento. Grandes emissões de papel moeda combinadas com garantias de lucros em ouro às empresas estrangeiras, uma explosão de concessões de ferroviárias e outras medidas destinadas a favorecer aos especuladores originaram uma grave crise. Os empréstimos contratados não beneficiavam à classe dominante argentina em seu conjunto, mas ao setor da oligarquia que atuava como intermediária entre o Estado e os banqueiros britânicos. Em 1889, quando o montante da dívida alcançara 174 milhões de libras, o corte dos pagamentos à banca Baring Brothers iniciou uma crise financeira internacional, revelando o peso da Argentina como parceira do Império Britânico, afetando toda a estrutura da maior potência capitalista. Para a Grã-Bretanha, a crise da Baring marcou o começo do fim do capitalismo de livre concorrência.¹³

Alguns núcleos políticos viam com apreensão o progressivo endividamento, que podia colocar à Argentina em situação similar ao Egito, invadido em 1882 por tropas britânicas depois de interromper o pagamento dos seus débitos. Ao mesmo tempo, a oligarquia advertia que os empréstimos levavam ao risco de perder o controle da economia para estrangeiros. Os fazendeiros de Buenos Aires começaram a esboçar posições nacionalistas, com críticas ao governo de Juárez Celman e expressões de hostilidade contra a Grã-Bretanha, uma atitude defensiva que procurava impedir que o capital financeiro internacional avançasse no controle do país em condições de redução dos ingressos agropecuários. Uma frente heterogênea e com objetivos políticos contraditórios organizou a resistência contra o governo, no contexto da grave conjuntura econômica. Uma “Junta Revolucionaria” chamou a destruir “essa execrável oligarquia de adventícios que tem desonrado diante próprios e estranhos as instituições da República”. Quando a revolta foi derrotada, Roca e Pellegrini organizaram um golpe de palácio, criando um vácuo ao redor de Juárez Celman, obrigando-o a renunciar. Representantes da velha oligarquia agrária mantiveram o controle do Estado no meio da crise e da revolta popular. O saldo para os investidores de Londres não podia ser mais promissor: o endividamento do Estado argentino havia passado de 115 milhões de pesos ouro em 1887 para 425 milhões em 1893; Inglaterra tinha a posse de mais de 4.000 quilômetros de ferrovias nas províncias mais férteis e valiosas do país, a posse de todas as cédulas hipotecárias em ouro e imensas extensões de terra obtidas a preços irrisórios.

Na Argentina existiam uma oligarquia agrária e uma burguesia comercial fortes; uma burguesia rural com menor peso econômico que a grande oligarquia e uma burguesia industrial incipiente e unida os grandes proprietários de terra. Essas classes buscavam deter a colonização do país pelo capital financeiro, mas sem nenhuma revolução social. O movimento de 1890 foi “oligárquico e também um movimento de defesa nacional frente ao imperialismo. Defesa puramente negativa, que tentava pôr um limite às concessões feitas em benefício do capital internacional, porém incapaz de formular política alguma para impulsionar o desenvolvimento nacional sem cair na dependência diante do ascendente imperialismo britânico”.¹⁴

Os vínculos estabelecidos entre a elite chilena e os interesses britânicos na Guerra do Pacífico deram início à dependência do Chile em relação às metrópoles. O salto nos investimentos britânicos aconteceu a partir de 1880, com um aumento do investimento direto de 1.400.000 libras naquele ano para 18 milhões em 1889: o investimento direto representava 75% do total de investimentos ingleses, um total de 26 milhões de libras. O destino prioritário de investimento era a exploração do salitre, a principal riqueza do Chile. Em 1875, o capital inglês

¹³ H. S. Ferns. *ran Bretaña y Argentina en el Siglo XIX*. Buenos Aires, Solar/Hachette, 1968, p. 71.

¹⁴ Milcíades Peña. *Alberdi, Sarmiento, el 90. Límites del nacionalismo argentino en el siglo XIX*. Buenos Aires, Fichas, 1974, p. 25.

representava apenas 15%, e em 1884 34%, dos investimentos no setor. A penetração do capital financeiro inglês ganhou maior profundidade, fundando-se 18 novas empresas que, somadas às anteriores, chegaram a controlar 70% das explorações salitreiras.

A reação contra a crescente penetração inglesa, manifestada no início em forma esporádica por alguns políticos, jornalistas e intelectuais, foi adquirindo volume até plasmar-se em 1890 em um forte movimento liderado pelo presidente Balmaceda.

A principal base de sustentação do presidente foi o exército. Foi proposto que Balmaceda fosse um expoente da “burguesia nacional”:¹⁵ segundo outros autores,¹⁶ não existem registros do apoio de setores industriais ao presidente durante a guerra civil. Balmaceda não contou com o apoio de trabalhadores porque reprimira com o exército as greves de 1890. A greve geral de 1890, a primeira na história da América Latina, começou em Arica se estendeu até Concepción por aumento de salários e pagamento em moeda de prata para fazer frente à inflação. A repressão provocou centenas de mortos e feridos nos massacres de Iquique, Antofagasta e Valpaíso. A política de Balmaceda foi uma tentativa para brevar a alienação das riquezas do país, que havia se agravado desde 1880. A contradição entre os setores que apoiavam o ensaio nacionalista e aqueles que preferiram consolidar os laços de dependência com a metrópole inglesa conduziu à guerra civil de 1891, cujo resultado, com a vitória da oposição apoiada pela Inglaterra, consolidou o processo de transformação do Chile em uma semicolônia inglesa.

No Brasil, as consequências econômicas da Guerra de Paraguai tinham sido a concentração no Rio de Janeiro do capital comercial (incapaz de organizar a produção em moldes que reduzissem a autonomia do lucro comercial), a substituição do sistema de transporte animal para o transporte ferroviário, o surgimento de um Estado forte disposto a socorrer o capital comercial nas crises. Os empréstimos ingleses ao Brasil foram destinados à cobertura de déficits orçamentários que não tinham finalidade produtiva. Na última década do Império, o endividamento externo sofreu constantes acréscimos, somando em quatro operações de empréstimo entre 1883 e 1889 um total de 37,2 milhões de libras, o que superava o total tomado pelo governo nas seis décadas anteriores. A dívida externa dobrou, saltando de 15 milhões em 1882 para 30,3 milhões de libras em 1889. As companhias e os bancos ingleses passaram a monopolizar no Rio de Janeiro o comércio exterior, o que ampliou sua influência no mercado interno. A falta de liquidez que sofria o mercado local era coberta pelas empresas britânicas de transportes e mineração, que atuavam como socorro dos empresários nacionais que não encontravam alternativa para obter capital e como garantia da oferta de dinheiro para o governo imperial.¹⁷

No Oeste paulista surgia outro complexo econômico, libertado das restrições ao desenvolvimento da produção impostas pela escassez de moeda: “O formidável desenvolvimento da cultura cafeeira é, tipicamente, um desenvolvimento capitalista. Todas as condições necessárias para a grande exploração estavam reunidas: terras virgens, ausência de rendas fundiárias, possibilidades de maior especialização na produção, numa palavra, possibilidades de monocultura. Assim, o cafeicultor faz convergir simultaneamente todos os seus meios de produção para um único objetivo e, por conseguinte, obtém benefícios até então desconhecidos. O tipo da exploração determinou, portanto, prosperidade favorável ao desenvolvimento do capitalismo sob todas as suas formas. Desse modo, o sistema de crédito, o crescimento da dívida hipotecária, o comércio nos portos de exportação, tudo ajudava a preparar uma base capitalista nacional. Os braços que faltavam foram importados. A imigração

¹⁵ Hernán Ramírez Nechochea. *La Guerra Civil de 1891*. Santiago de Chile, Austral, 1951.

¹⁶ Luis Vitale. *Interpretación Marxista de la Historia de Chile*. Santiago de Chile, Latinoamérica. 1969, vol. IV.

¹⁷ Rui Guilherme Ranziera. *A Guerra do Paraguai e o Capitalismo no Brasil*. São Paulo, Hucitec/Unicamp, 1977, p. 129.

adquiriu, a partir daí, caráter de empresa industrial”;¹⁸ e marcou ao início da contagem regressiva do regime escravocrata.

Em Cuba, a proclamação de “Independência ou Morte” contra a Espanha, conhecida como “Grito de Yara”, foi realizada em 1868 por Carlos Manuel de Céspedes, dono de um pequeno engenho de açúcar na região oriental. A conspiração foi descoberta pelas autoridades espanholas: começou uma guerra contra os espanhóis que durou dez anos. Foi declarada, também, a libertação dos escravos. A guerra liquidou em boa medida à antiga classe latifundiária, destruindo os vestígios materiais das formas antigas de exploração da terra. No Oriente e Camagüey, os proprietários passaram sem solução de continuidade do latifúndio originário para o latifúndio capitalista pelo ingresso dos investimentos norte-americanos. Pelo caráter pré-capitalista das suas relações de produção, os escravocratas não podiam constituir uma força nacional. O “autonomismo” foi apenas espectador da luta independentista, na qual se fortaleceram duas posições: a reformista e a independentista, liderada por Antonio Maceo, Máximo Gómez e Calixto García.

Os empresários espanhóis com interesses econômicos na ilha bloquearam qualquer iniciativa para que fossem cumpridas as reivindicações da burguesia *criolla*. Cuba e Porto Rico sofriam uma política de intercâmbios comerciais que favorecia à metrópole, e que ajudava a remediar o déficit espanhol na balança de pagamentos. A rendição e a assinatura do Pacto não foram pela massa do povo e por setores da burguesia e da pequena burguesia local: saíram delas consolidados os sentimentos de patriotismo e de nacionalidade, o desejo de uma nação cubana independente. A continuidade da luta culminou com uma nova declaração de guerra em fevereiro de 1895. O poeta e jornalista José Martí que, no exílio desde 1871, conheceu vários países da América Latina e acabou se fixando nos Estados Unidos a partir de 1880, transformando-se em porta-voz internacional da luta de Cuba. Reiniciada a guerra, Martí foi morto em maio de 1895 pelos espanhóis em combate. No que pode ser considerado seu testamento político, ele reafirmou a Manuel Mercado que a luta pela independência cubana tinha um horizonte continental, utilizando o termo “imperialismo” para a ameaça norte-americana sobre o continente.¹⁹

A questão da expropriação das terras indígenas também permeou a passagem do México para o capitalismo. O ditador Santa Anna, que no final de sua carreira ordenou honras fúnebres militares para a sua perna perdida em batalha, perdeu a guerra contra os EUA, que anexaram o Texas: “Em uma das guerras mais injustas da história - escreveu Octavio Paz em *O Labirinto da Solidão* - já de si negra, da expansão imperialista, os Estados Unidos nos arrebatarem mais da metade de nosso território. A derrota produziu uma reação saudável, pois feriu de morte o caudilhismo militar encarnado no ditador Santa Anna”. A expropriação das terras indígenas desencadeou constantes revoltas. Mas também culminou a “Reforma Liberal”, empreendida pelo setor mais modernizador da classe dominante, influenciada pelas ideias liberais. Com a “Reforma Liberal”, o Estado Nacional mexicano se consolidou com a delimitação das fronteiras nacionais e a paulatina eliminação das comunidades indígenas, que incrementaram a produção agrícola para a exportação, concretizando a inserção da economia mexicana no mercado mundial capitalista.

A resistência dos índios mexicanos contra as leis de usurpação foi a continuidade das lutas empreendidas na primeira metade do século XIX, determinadas pelo processo de expropriação de terras. A classe dirigente mexicana já elaborara “um mito de fundação que a vinculava com as glórias dos imperadores *mexicas* e justificava sua separação do tronco espanhol. Necessitava

¹⁸ Mario Pedrosa e Livio Xavier. Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil. In: Fúlvio Abramo e Dainis Karepovs (orgs.). *Na Contracorrente da História*. São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 70-71.

¹⁹ José Rodrigues Mao Jr. *A Revolução Cubana e a Questão Nacional (1858-1961)*. Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH-USP, 2004.

(também) de um estudo científico sobre o saber acumulado do país (história, economia, geografia, mineralogia, botânica, geologia, arte) que, sintetizando esses conhecimentos, os divulgara na Europa desmentindo as lendas negras que corriam sobre a degradação congênita da América e apontando a ideia de um México respeitável e promissor”. O cientista alemão Alexander Von Humboldt lhe forneceu esse estudo, ao mesmo tempo em que “diante do temor da irrupção de seu subsolo étnico e histórico, vários intelectuais nascidos entre 1810 e 1825, muitos deles mestiços, alguns de claras raízes indígenas, viram a oportunidade de se apropriar da questão indígena, sentindo uma autêntica preocupação por essa população desvalida (mas também) vendo no assunto uma oportunidade política”.²⁰ Benito Juárez se encontrava entre essas lideranças democráticas e nacionalistas, que veria suas aspirações de um grande México multiétnico, conciliado pelos suas elites *criollas*, frustradas pela expansão do “grande irmão do Norte”.

As relações diplomáticas com a Grã-Bretanha estavam em tensão, obstaculizando os investimentos externos. Tentando aproveitar esse contexto, a França, no entanto, colheu um fracasso espetacular na sua tentativa de impor a anexação do México através da monarquia de Maximiliano, primo do imperador Napoleão III, que perdeu a vida na empreitada derrotada pelos mexicanos encabeçados por Benito Juárez.²¹ Com o apoio inicial do Reino Unido e da Espanha, o Segundo Império interveio no México pretextando suspensão a dos pagamentos dos juros referentes a diversos empréstimos. O presidente Juárez afirmou: "Trata-se de pôr em perigo nossa nação, e eu, que por meus princípios e juramentos sou o chamado a sustentar a integridade nacional, a soberania e a independência, tenho que trabalhar ativamente, multiplicando meus esforços para corresponder o depósito sagrado da Nação, que no exercício de suas faculdades me confiou".

Em 1864, a expedição francesa enviada por Napoleão III, comandada pelo general Bazaine, proclamou o arquiduque Maximiliano da Áustria imperador do México. Juárez, instalado junto à fronteira com os Estados Unidos, preparou uma resistência armada que se prolongou por três anos (1864-1867). O imperador acabou por ser derrotado em Querétaro e foi fuzilado. Juárez foi reeleito presidente em 1867 e novamente em 1871. Por resistir vitoriosamente à ocupação francesa e restaurar a república, assim como por seus esforços modernizantes, Benito Juárez é lembrado até hoje como o maior líder mexicano: foi o primeiro a não ter passado militar, e também o primeiro indígena a servir como presidente do México e a comandar um país ocidental. A derrota da intervenção francesa e a vitória da reforma liberal de Juárez significou o fim da hegemonia das forças conservadoras. A morte do líder nacional em 1872 não interrompeu o avanço da modernização capitalista apadrinhada pelos “científicos” positivistas.

Os conservadores e grandes proprietários contra-atacaram: os “porfiristas” (partidários de Porfirio Díaz) pegaram em armas derrotando Tejada em sua tentativa de reeleição: Díaz assumiu o poder em 1876, criando um regime, o “porfiriato”, que se prolongou até a Revolução Mexicana de 1910, uma ditadura que se prolongou por 34 anos. Seu governo autoritário e repressivo conseguiu consolidar o governo federal e as instituições do Estado central, a expensas dos caudilhos das diferentes regiões. Em face à integração da economia mexicana ao mercado mundial, Díaz procurou explorar as contradições entre as potências capitalistas. Com relação a Grã-Bretanha, o principal exportador de capitais do período, o *porfiriato* tirou vantagem da

²⁰ Enrique Krauze. *La Presencia del Pasado*. La huella indígena, mestiza y española de México. Barcelona, Tusquets, 2005, pp. 113 e 125.

²¹ Índio zapoteca nascido em 21 de março de 1806, Benito Pablo Juárez García governou o México desde 1858 até sua morte, em 18 de julho de 1872. Nesse período, venceu as forças conservadoras que tentavam retornar ao poder. Tendo sempre o apoio dos Estados Unidos, ele não teve passado militar, como os governantes anteriores, apesar de ser lembrado como um combatente de habilidade e astúcia. Juárez morreu em 18 de julho de 1872, após servir cinco durante períodos como presidente do México (Ralph Roeder. *Juárez y su México*. México, Fondo de Cultura Económica, 1972).

concorrência que as exportações britânicas sofriam no mercado mundial de parte dos Estados Unidos, França e Alemanha. Nessa altura, o México ocupava o terceiro lugar como receptor de investimentos britânicos na América Latina, atrás da Argentina e o Brasil, com 16% do total.

Os inícios da indústria mexicana coincidiram com o desenvolvimento da produção mineira: fundições de chumbo, cobre, ferro e aço (Monterrey), tecidos de algodão e lã (em grande parte fundadas por franceses), fábricas de produtos químicos e alimentícios, manufaturas de tabaco e papel, centrais elétricas. Essas indústrias, contudo, não eram suficientes para atender as necessidades do mercado mexicano.²² A criação de bancos e o financiamento estatal foram reservados aos capitais europeus e mexicanos. Os investidores norte-americanos não tinham nenhuma presença significativa: não puderam obter nenhuma concessão bancária nem entrar na formação do Banco Nacional do México.²³

Depois de 1890 o regime porfiriano deu uma reviravolta para o protecionismo com a finalidade de acelerar o processo de industrialização. Tarifas protecionistas, registro de patentes, isenção impositiva foram instrumentos para atrair investimento produtivo e proteger às indústrias. A mudança foi uma resposta frente ao crescente peso econômico dos EUA, favorecendo os capitais europeus.²⁴ O país se urbanizou, com um aumento da população nas cidades de 44%. Entre 1895 e 1910, o número de cidades com mais de vinte mil habitantes passou de 22 para 29. Junto com as ferrovias se expandiu o sistema de comunicações: telégrafos, caminhos (livrados do banditismo), correios as redes de alumbrado elétrico e água potável. A história do México porfiriano é “a história da acumulação das contradições que conduziram à formação social mexicana à explosão revolucionária de 1910; é a história do prolongado equilíbrio dinâmico que transcorre entre duas revoluções: a Reforma, que lhe deu origem e engendra as condições de sua existência, crescimento e expansão; e a Revolução Mexicana, engendrada pela crise em que desembocam e procuram se resolver as contradições inerentes a esse processo”.²⁵ Amputado de metade de seu território e dependente do investimento externo, o desenvolvimento mexicano patrocinado pelo liberalismo, inclusive em sua versão mais radical, não ultrapassou os limites da economia agroexportadora e da dependência econômica e política das potências externas que caracterizaram também o restante daquela parte do mundo que já começava a ser chamada de “América Latina”.

Os confrontos bélicos latino-americanos da segunda metade do século XIX consolidaram os interesses comerciais e financeiros externos, especialmente ingleses. Na sua parte amazônica, Bolívia foi constrangida a ceder território quando o Brasil resolveu reconhecer a independência do Acre, proclamado república em 1902 pelo gaúcho Plácido de Castro, líder da revolta em apoio aos seringueiros brasileiros originários do Ceará que se revoltaram contra o *Bolivian Syndicate of New York*, possuidor dos direitos da exploração da borracha na região (concessão feita em 1901 pelo governo de La Paz para que os EUA garantissem proteção à Bolívia). Pelo Tratado de Petrópolis, assinado em 1903, Bolívia, em troca da cessão de um território de mais de 142.800 km² para o Brasil, recebeu uma indenização de 2 milhões de libras esterlinas, e a promessa (que ficou nisso) de ter um acesso ao oceano Atlântico pela construção da futura estrada de ferro Madeira-Mamoré. A “Estrada do Diabo” ou “Estrada do Inferno”, foi construída entre 1907 e 1912, ligando Porto Velho e Guajará-Mirim, com 366 quilômetros de extensão, e nunca alcançou os resultados de integração do mercado nacional pretendidos.

²² François Weymuller. *Historia de Mexico*. Barcelona, Oikos Tau, 1985, p. 126.

²³ Paolo Riguzzi. El surgimiento de la integración económica entre México y Estados Unidos: los años cruciales. *Documentos de Investigación* nº 53, México, El Colegio Mexiquense, 2000, p. 22.

²⁴ Edward N. Beatty *Institutions and Investment: the Political Basis of Industrialization in Mexico before 1911*. Stanford, Stanford University Press, 2001.

²⁵ Adolfo Gilly. *La Revolución Interrumpida*. México, Era, 1984, p. 32.

Assim, na segunda metade do século XIX o capitalismo se desenvolveu em alguns polos da América Latina, menos pelo desenvolvimento das forças produtivas locais do que por impulsão externa: Inglaterra tomou a dianteira no processo, para ser, no século XX, progressivamente substituída pelos EUA como principal investidor externo na América Latina. Os países latino-americanos foram se transformando em semicolônias das potências europeias, ao mesmo tempo em que definiam seus perfis definitivos: segundo o censo mexicano de 1910 “mais de cem línguas e dialetos se falavam na república, mas o espanhol era já claramente a língua nacional. Em 1877 ainda não o falava 39% da população; em 1913 o percentual era só de 13%”.²⁶

A “harmonia nacional” dos jovens países era ameaçada por outros fatores: a crise econômica de 1890 no Cone Sul das Américas, o “encilhamento” brasileiro e a crise financeira na Argentina, que pôs o país em situação de leilão para o pagamento da dívida externa, foram simultâneos e ensejaram mudanças políticas de envergadura, como a proclamação da República no Brasil e a “Revolução do Parque” na Argentina, que viu nascer a *União Cívica Radical*, em 1891, partidária do sufrágio universal, que chegou ao governo nacional por essa via em 1916: “Na emergência, todos coincidiam em postular duas soluções elementares: moralidade administrativa e sufrágio efetivo: [Leandro N.] Alem [fundador da UCR] era um símbolo de ambas as propostas pela austeridade de sua vida e sua luta política precedente”.²⁷ A imigração europeia tinha feito crescer a população de Buenos Aires até 450 mil pessoas (60% das quais estrangeiras) na década de 1880, continuando em ritmo cada vez mais acelerado. A crise política foi precedida pela primeira onda de greves operárias na capital e no litoral:²⁸ em 1890 foi celebrado pela primeira vez o 1º de maio, decretado data mundial de luta operária pela Internacional Socialista; em breve surgiram os primeiros sindicatos organizados por militantes anarquistas europeus, e o Partido Socialista. A luta de classes na América do Sul ganhava um novo protagonista: o proletariado organizado.

²⁶ Enrique Krauze. *Op. Cit.*, p. 155.

²⁷ Félix Luna. *Alvear*. Buenos Aires, Sudamericana, 1988, p. 24.

²⁸ Lucas Poy. Crisis económica y huelgas en Buenos Aires (1888-1890). *En Defensa del Marxismo* n° 39, Buenos Aires, agosto-setembro de 2010; Ricardo Falcón. *El Mundo del Trabajo Urbano (1890-1914)*. Buenos Aires, CEAL, 1986.